



Para: Ponto de Contacto Nacional Portugal & Centro de Conduta Empresarial  
Responsável da OCDE De: Observatório da OCDE  
Data: 17 de Abril de 2023  
Re: OECD Watch submission to the 2023 Peer Review of NCP Portugal

---

OECD Watch congratula-se com a vontade do PCN Portugal de se submeter a uma revisão pelos pares para melhorar a eficácia do PCN na promoção das Directrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (Directrizes) e na con- tributação para resolver a conduta empresarial irresponsável das empresas multinacionais (MNEs) em casos específicos. Agradecemos a oportunidade de contribuir para esta revisão pelos pares.

Esta apresentação destaca áreas de melhoria de especial preocupação para o Observatório da OCDE. Encaminhamos o NCP Portugal, o governo português, e os revisores do NCP [Portugal](#) para a [mais recente avaliação do NCP Portugal pela OECD Watch](#).<sup>1</sup> Como a nossa avaliação demonstra, os procedimentos, estrutura organizacional e comunicações do PCN não correspondem às expectativas da sociedade civil em relação aos PCNs. Esta submissão inclui recomendações em relação a estas questões. Além disso, esta submissão baseia-se no website do PCN Portugal a partir de 17 de Abril de 2023.<sup>2</sup>

### **Organização do NCP Portugal**

Vários aspectos da organização do PCN Portugal não correspondem às expectativas da sociedade civil em relação aos PCNs. A actual organização do PCN afecta de forma significativa e prejudicial as percepções da sociedade civil sobre a responsabilização, acessibilidade e visibilidade do PCN. A OECD Watch exorta o PCN Portugal, o governo português, e os revisores interpares a considerarem criticamente as questões destacadas em relação à organização do PCN, para além da nossa avaliação online do PCN Portugal.

*Localização na burocracia:* O NCP Portugal está localizado nos Ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros. Isto não está de acordo com as expectativas da sociedade civil para os PCN, especialmente em termos da sua acessibilidade e responsabilidade. A fim de garantir que não existe um conflito de interesses real ou aparente, o Observatório da OCDE recomenda que os PCN não sejam alojados em ministérios governamentais relacionados com a economia, comércio e investimento.

*Estrutura e perícia do PCN:* A actual estrutura organizacional do PCN Portugal (envolvendo apenas os Minis- tentativas de Economia e Negócios Estrangeiros) limita significativamente a perícia do PCN nas suas funções promocionais e de gestão de instâncias específicas. A OECD Watch recomenda que os PCN incluam uma vasta experiência na realização das suas actividades. Para melhorar a sua acessibilidade e responsabilidade, o OECD Watch recomenda que os PCN incorporem departamentos governamentais diversos e relevantes, tenham uma estrutura multipartida, ou possuam uma estrutura de peritos independentes.

*Órgão consultivo das partes interessadas e envolvimento das partes interessadas:* O PCN Portugal não tem um órgão consultivo de partes interessadas nem inclui na sua estrutura as partes interessadas externas não governamentais. A OECD Watch recomenda vivamente que os PCN estabeleçam órgãos consultivos de múltiplos interessados, incluindo os três principais grupos de interessados, nomeadamente empresas, sindicatos e ONG; e estes órgãos consultivos devem ser consultados pelo PCN pelo menos duas vezes por ano. O PCN Portugal deve também envolver formalmente

## Abril 2023

representantes dos três grupos de partes interessadas na sua governação e tomada de decisões. Ao fazê-lo, melhoraria a acessibilidade, responsabilidade e visibilidade do PCN.

---

<sup>1</sup> As avaliações do PCN da OECD Watch foram actualizadas pela última vez em 2021.

<sup>2</sup> Foram introduzidas alterações significativas no sítio Web do PCN Portugal durante o período estabelecido pela OCDE para que o Observatório da OCDE fornecesse feedback. Esta apresentação foi revista para reflectir estas alterações a partir de 17 de Abril de 2023.

## Procedimentos do NCP Portugal

Vários aspectos do [Guia de Procedimentos de Tratamento de Instâncias Específicas do PCN Portugal ao abrigo das Directrizes da OCDE para Empresas Multinacionais](#) (Guia) devem ser revistos para aumentar a eficácia do PCN.

*Regras de Procedimento Multilingues:* O Guia do NCP Portugal está disponível apenas em português. Isto limita significativamente a acessibilidade e visibilidade do PCN. A OECD Watch recomenda vivamente que o PCN publique uma tradução inglesa do Guia.

*MNE inquiridos:* O parágrafo 4, sob o título "Estrutura e Missão do PCN" parece referir-se a dois tipos de multinacionais contra as quais uma instância específica pode ser arquivada: (1) multinacionais com sede em Portugal; e (2) multinacionais com "capital nacional maioritário quando estabelecidas em países que não aderem às Directrizes".<sup>3</sup> O significado e âmbito da última metade deste parágrafo não são claros e devem ser clarificados.

*Crítérios de avaliação inicial:* O artigo 1.3 do Guia estabelece os critérios de avaliação inicial do PCN Portugal. Na opinião do Observatório da OCDE, estes critérios poderiam ser entendidos como impondo um encargo oneroso às formigas reclamantes para fundamentar instâncias específicas num grau significativamente superior ao nível de "plausível" ou "credível" recomendado no Guia da OCDE para os PCN sobre a Avaliação Inicial de Instâncias Específicas. Artigo 1.3.h do Guia exige que o queixoso, na sua apresentação inicial, forneça as seguintes informações:

*"h. Provas para apoiar os elementos factuais aludidos pelo reclamante dentro da posição específica apresentada".*

O grau em que tais provas devem ser substanciadas não é claro. O OECD Watch recomenda que o NCP Portugal altere o seu Guia de modo a prever que casos específicos serão considerados "material e substanciados" se forem plausíveis ou credíveis. Caso contrário, existe o risco de que o PCN possa impor um padrão mais elevado ao considerar os seus critérios para avaliações iniciais do que o recomendado pela OCDE e pelo Observatório da OCDE.

*Emissão de recomendações e determinações:* O Guia do PCN Portugal não compromete o PCN a tomar determinações (ou decisões) de (não) conformidade com as Directrizes, mas permite ao PCN fazer recomendações aos PCN sobre como alinhar a sua conduta comercial com as Directrizes. A OECD Watch encoraja o PCN a emitir recomendações no futuro, declarações finais sobre como os PCN podem implementar correcta e completamente as normas das Directrizes e/ou remediar os seus pactos adversos. O PCN deve também emitir consistentemente determinações sobre o (não)cumprimento das Directrizes por parte das empresas multinacionais. As determinações são úteis na medida em que esclarecem as normas frequentemente vagas nas Directrizes e permitem que as empresas multinacionais compreendam e cumpram as Directrizes. Tanto as determinações como as recomendações aumentam a responsabilidade das EMP e podem também representar uma forma de recurso para os queixosos em termos de validação pública das suas experiências e preocupações.

*Consequências para os MNEs que se recusam a participar de boa fé nos processos do PCN:* A OECD Watch recomenda que todos os PCNs sejam autorizados no seu Regulamento Interno a solicitar consequências aos seus respectivos governos, onde isto ainda não exista, para a má fé dos MNEs em casos específicos. No entanto,

---

<sup>3</sup> "PCN PT pode receber alegações de inobservância das Diretrizes relativas às empresas multinacionais estabelecidas no

## **Abril 2023**

território nacional, bem como alegações de inobservância relativas a empresas multinacionais, de capital majoritariamente nacional, quando estabelecidas em países não aderentes às Diretrizes".

nem o Guia do NCP Portugal nem o seu website contêm esta opção, e não há qualquer indicação de que o governo português se tenha comprometido a aplicar tais consequências.

*Controlo de acompanhamento:* O Guia do PCN Portugal não contém um compromisso explícito para que o PCN se empenhe no acompanhamento das recomendações feitas nas suas declarações finais e acordos alcançados entre as partes em processos de instância específica. O Observatório da OCDE recomenda vivamente que o PCN Portugal (e todos os PCNs) incluam um compromisso expreso nesse sentido.

### **Comunicação do NCP Portugal**

Tal como acima referido, foram recentemente introduzidas alterações significativas no website do NCP Portugal. A partir da data de hoje, o website contém informação sobre como arquivar uma instância específica, as Directrizes da OCDE, as Orientações de Due Diligence da OCDE, instâncias específicas tratadas pelo PCN, bem como o plano promocional e o material promocional do PCN. Para melhorar a transparência e visibilidade do PCN, devem ser feitas mais alterações ao website para o alinhar com os requisitos da OCDE e as recomendações do Observatório da OCDE.

*Sítio web multilingue:* A maioria do website do NCP Portugal está apenas em português e não tanto em inglês como em português. O sítio web deve ser multilingue. Em particular, o Guia do PCN (Regulamento Interno) deve ser traduzido e disponibilizado ao público em inglês.

*Relatórios:* A informação sobre os relatórios do PCN a nível nacional e da OCDE não é divulgada, e há pouca informação sobre as actividades do PCN. A OECD Watch recomenda que o PCN Portugal inclua tal informação no seu website.

*Orçamento:* Ao contrário das recomendações da OECD Watch, o PCN Portugal não publica o seu orçamento e fluxos de despesas.

### **Detalhes de contacto**

Para questões ou esclarecimentos sobre esta apresentação, por favor contacte o Secretariado de Vigilância da OCDE.

<b>Secretariado de vigilância da OCDE</b>	Katharine Booth, Investigadora e Conselheira Política <a href="mailto:k.booth@oecdwatch.org">k.booth@oecdwatch.org</a>
(c/o SOMO) KNSM-iaan 17	
1019 LA Amsterdão	
Países Baixos Ph:	Marian Ingrams, Esq., Director
+31 20 6391291	<a href="mailto:m.ingrams@oecdwatch.org">m.ingrams@oecdwatch.org</a>
<a href="mailto:info@oecdwatch.org">info@oecdwatch.org</a>	